FACULDADES JOÃO PAULO II
PORTO ALEGRE
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL SEMESTRAL 2025/I

PORTO ALEGRE, RS

Créditos:

Coordenador Acadêmico: Marcos Roberto de Lima Aguirre

Coordenadora Acadêmica Adjunta: Cristiane Catarina de Oliveira

Coordenador da Comissão Própria de Avaliação: Giancarlo Michel de Almeida

Secretaria Administrativa: Amanda Gabrielle de Oliveira Nunes

Setor Comercial: Jéssica Fraga dos Santos

SUMÁRIO

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. A INSTITUIÇÃO**
 - 2.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO
 - 2.2 COMPOSIÇÃO DA CPA
- 3. CONCEPÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**
 - 3.1 DIRETRIZES
 - 3.2 PRINCÍPIOS
 - 3.3 OBJETIVOS
- 4. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**
 - 4.1. COLETAS DE DADOS
 - 4.2. PLANO DE MELHORIAS
 - 4.3. DIVULGAÇÃO
- 5. AUTOAVALIAÇÃO DO PDI**
 - 5.1. METAS INSTITUCIONAIS PREVISTAS NO PDI
 - 5.2. BALANÇO INSTITUCIONAL DO PDI
- 6. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**
 - 6.1 EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
 - 6.2 EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
 - 6.3 EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS
 - 6.4 EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO
 - 6.5 EIXO 5: INFRAESTRUTURA FÍSICA E DIGITAL
 - 6.6 AVALIAÇÕES EXTERNAS
- 7. CONSOLIDAÇÃO DO DIAGNÓSTICO**
 - 7.1. PONTOS FORTES
 - 7.2. PONTOS FRACOS
 - 7.3. OPORTUNIDADES
 - 7.4. AMEAÇAS
- 8. PLANO DE AÇÃO RECOMENDADO PELA CPA**
- 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS**
- 10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**
- 11. ANEXOS**

1. INTRODUÇÃO

A Avaliação Institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e está relacionada:

- à melhoria da qualidade da educação superior;
- à orientação da expansão de sua oferta;
- ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social;
- ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

A presente Avaliação é viabilizada através da Comissão Própria de Avaliação – CPA. Esta, por sua vez, tem por finalidade planejar, coordenar e conduzir os processos de Avaliação Institucional, tanto a autoavaliação e a avaliação externa, além de sistematizar e prestar informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP -, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, observada a legislação pertinente.

Vinculada ao Núcleo de Planejamento e Avaliação Institucional, a CPA foi criada pelas Faculdades João Paulo II de acordo com o artigo 11, da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004¹, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP².

A Comissão Própria de Avaliação – CPA é composta de um presidente e de representantes da comunidade interna dos segmentos docente, discente e técnico-administrativo, bem como por membros da comunidade externa.

O Núcleo de Planejamento e Avaliação Institucional tem por objetivo principal viabilizar o desafio de transformar os resultados da avaliação, interna e/ou externa, em variáveis alimentadoras do processo de gestão.

¹ BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm

² MEC/INEP. Nota técnica INE/DAES/CONAES N 65/2014. Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/nota_tecnica/2014/nota_tecnica_n65_rot_eiro_relatorio_de_autoavaliacao_institucional.pdf

Dentre as atividades desse núcleo destaca-se a articulação da Comissão Própria de Avaliação - CPA com as demais instâncias da IES, implantação, acompanhamento e implementação do Programa da Avaliação Institucional, bem como o acompanhamento da execução de todas as metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

O sistema de avaliação a ser implantado inicialmente nas Faculdades João Paulo II será simplificado e será estruturado em função dos seguintes princípios:

- processo contínuo e sistemático;
- mecanismo de desenvolvimento crítico;
- mecanismo de orientação para a consecução dos objetivos da Instituição;
- envolvimento de todos os segmentos da Instituição.

O objetivo geral consiste em avaliar as condições de oferta das disciplinas de maneira individual e coletiva, o cumprimento dos projetos pedagógicos, a relação ensino-pesquisa e extensão e a missão da IES. Em termos de objetivos específicos são:

- estimular a autocrítica de docentes, discentes e técnico-administrativos em seus desempenhos profissionais e acadêmicos;
- facilitar a integração multidisciplinar para a formação profissional e acadêmica proposta pelo Curso e pela IES;
- estimular a integração entre o ensino, a pesquisa, a extensão e a administração;
- identificar os obstáculos que dificultem o alcance dos objetivos da IES em consonância com as exigências e necessidades da Região;
- corrigir prontamente quaisquer problemas de gestão acadêmica e/ou administrativa da Instituição.

A autoavaliação será realizada nos períodos de avaliação e planejamento ao final de cada semestre letivo entre junho/julho e novembro/dezembro.

A preparação da comunidade universitária para o processo de avaliação será realizada a partir de seminários de integração e de sensibilização. Os seminários serão realizados de forma sistemática a cada início de semestre visando a propiciar a discussão da metodologia, dos instrumentos de avaliação e da importância do sistema de avaliação no processo de aprendizagem e de autoconhecimento da IES. A avaliação deverá ser entendida pelos docentes, discentes e técnicos administrativos como uma forma de obter informações que propiciem ao sistema de gestão a busca pela melhoria contínua.

Os seminários serão compostos por palestras com profissionais da IES e convidados especializados em educação, avaliação e aprendizagem buscando o aperfeiçoamento do sistema. Além disso, serão realizados workshops e reuniões de trabalho para a discussão de

aspectos técnicos e operacionais da avaliação com membros da comunidade interna e externa.

Entre os mecanismos de avaliação a serem utilizados está o de auto avaliação. A IES deverá incluir em seu calendário anual duas semanas de avaliação, uma em junho/julho e outra em novembro/dezembro, de frequência obrigatória para todos os docentes. Neste período será avaliado o Curso e as disciplinas ofertadas, em seus aspectos didático-acadêmicos, especialmente quanto ao cumprimento dos conteúdos programados e ao aproveitamento pelos alunos. Será analisado o encadeamento de conhecimentos programados intra e interdisciplinar, em cada fase do currículo, procurando garantir o processo de aprendizagem e evitar a duplicidade de conteúdo.

O sistema de avaliação é efetuado de forma *eletrônica* em sistema específico do Hub de Serviços do portal da Faculdade, para avaliação dos segmentos docente, discente e técnico-administrativo e da estrutura acadêmica e física. Além disso:

- O questionário segue modelo de respostas objetivas em escala Likert: “*discorda total, discorda parcial, indiferente (), concorda parcial, concorda total*”. Há espaço ao final para descrição textual (resposta subjetiva) com *críticas, sugestões/recomendações ou elogios*, referente a cada tópico avaliado: *Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Gestão Institucional, Infraestrutura*.

- O questionário é composto de questões para a avaliação das instalações, dos serviços e das condições gerais de oferta, além da avaliação das disciplinas, dos docentes, da secretaria acadêmica, dentre demais aspectos pertinentes à avaliação da IES;

- O questionário sobre as Disciplinas é respondido referente a cada turma que o aluno esteja inscrito. O rol de perguntas pertinentes à Avaliação é precedido de *questionário socioeconômico*, que não serve para identificação do respondente, mas apenas para averiguar em termos gerais o perfil da comunidade acadêmica, otimizando a análise das informações.

A partir destas orientações, a IES aplicou questionários para os discentes, docentes, técnico- administrativos e membros da comunidade externa.

2. A INSTITUIÇÃO

2.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

- Mantenedora: Associação Educacional João Paulo II - Passo Fundo

Endereço: Rua Fagundes dos Reis, nº 183, Bairro Centro, cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, CEP 99010.070.

Telefone: (51)996085478 (54)30460914 - CNPJ: 09.152925/0001-22

- Mantida: Associação Educacional João Paulo II - Porto Alegre

Reitor / Diretor Geral: Carlos Fernando Oliveira Romero

Endereço: Rua Santo Antônio, nº 727, Bairro Bom Fim, Cidade de Porto Alegre
Telefone: (51)35178912

Base legal: Direito Bacharelado Portaria nº 796, de 09 de novembro de 2018.

As Faculdades João Paulo II, com a pretensão de contribuir com ensino de qualidade diferenciado em cursos de graduação, em 2017, iniciaram suas atividades na capital gaúcha, Porto Alegre, aprovada pelo MEC, os cursos de Graduação em Engenharia do Petróleo e Engenharia Civil, e, no ano de 2019 o MEC aprovou os cursos de Arquitetura e Direito, todos ministrados no endereço inicial na primeira sede da Instituição, Avenida Independência, nº 343, na referida cidade.

Em 2020, harmonizando a um desejo e sincronicamente a uma necessidade, as Faculdades João Paulo II, observaram a necessidade de mudança de local devido ao crescimento do número de alunos aliada com a necessidade de estabelecer maior comodidade e conforto aos alunos. Foi avaliada a necessidade de migrar para um espaço que pudesse permitir melhores acomodações, espaços maiores de salas de aula, maior tecnologia e conforto para os docentes, discentes e funcionários com ambientes mais amplos e modernos para atendimento das demandas acadêmicas.

Após uma pesquisa de local adequado, pensando num ideal remanejamento dos cursos, sem maiores prejuízos em termos de localidade e logísticas aos alunos, a Instituição encontrou um prédio com proximidade de duas quadras da sede inicial, a qual contemplava as qualidades suficientes para a acomodação tanto dos funcionários, quanto dos docentes e discentes. Na data de 16 de novembro de 2020 a Instituição realizou a mudança para a nova sede, localizada na Rua Santo Antônio, nº 727, na cidade de Porto Alegre.

A nova sede fica localizada em uma área nobre da entrada da cidade, de fácil acesso

tanto para residentes da cidade quanto para os residentes de cidades vizinhas (sendo este um elemento considerável, tendo em vista que uma parcela significativa dos alunos residem em cidades próximas como Canoas, São Leopoldo e outras), com ponto de ônibus favorecendo as localidades da zona sul e zona norte de Porto Alegre, de modo permitir maior funcionalidade aos alunos, professores, palestrantes e demais colaboradores.

O novo prédio conta com 5 andares, 796m² de área total, convênio com estacionamento próximo ao local. Na parte térrea do prédio há um *hall* de entrada e recepção para o acolhimento e atendimento de alunos. Ainda no primeiro andar ficam a área administrativa, a sala de Direção, de Coordenação de Curso, de atendimento da Ouvidoria, da Comissão Própria de Avaliação, assim como a cantina e a sala dos professores.

Todas as áreas contam com fácil acesso para pessoas com necessidades especiais como o elevador que permite acesso a todos os andares e piso com relevo sinalizador.

Cada um dos demais 4 andares possuem 2 salas de aula, devidamente equipadas com quadro branco, climatizadas com ar-condicionado, ventilação natural, equipamentos tecnológicos (tais como projetores e computadores) e acesso a internet através de wi-fi, com acesso liberado aos alunos. Ainda, cada andar possui 2 banheiros para uso dos alunos, permitindo maior acessibilidade, além de uma ante-sala para acompanhamento pedagógico.

No quinto, e último, andar encontram-se as instalações da biblioteca (ressalta-se que a Instituição também disponibiliza para os docentes e discente um acervo digital gratuito com livros clássicos, contemporâneos e atualizados), além do laboratório de informática com 25 estações de computadores totalmente equipados.

Todos os espaços do prédio foram pensados de forma que fosse possível ofertar um ambiente confortável, luminoso, com boa acústica, ventilação artificial e natural, mobiliário adequado, satisfatória para uma melhor condição de ensino, com espaço apropriado para acomodar os alunos e professores, prezando pela limpeza, conservação dos ambientes mantendo rotineiramente limpeza e higienização adequadas .

O compromisso educacional e social dos mantenedores da Instituição fica evidenciado nas ações desenvolvidas pelos mantenedores ao longo de quatro décadas de atuação no ensino e na extensão.

As atividades de ensino realizadas pelos mantenedores da IES referem-se ao pré-vestibular, fundamental e médio, educação de jovens e adultos, ensino técnico, ensino superior à distância e ensino superior presencial. O quadro 1 sintetiza um breve histórico das atividades relacionadas à educação realizadas no período de 1973 a 2024.

Quadro 1 - Atividades de ensino realizadas pelos mantenedores (1973-2024)

Data	Área de Atuação	Atividades desenvolvidas
1973	Ensino Pré-Vestibular	É fundado o <i>Curso Pré-Vestibular Gama</i> com a finalidade de preparar os alunos de Passo Fundo e da região para alcançar sucesso nos disputados vestibulares das universidades Federais e Particulares do Rio Grande do Sul. A instituição foi criada para orientar alunos e pais sobre a realidade da disputa, minimizando a carga emocional dos estudantes em caso de não aprovação no vestibular. Os 15 anos de atuação na área de pré-vestibular contribuíram para o ingresso de um elevado número de alunos no curso superior. O impacto dessas ações na comunidade refletiu-se na formação de profissionais em todas as áreas do conhecimento científico.
1993	Ensino Fundamental e Médio	Início da atuação na rede oficial de Ensino com a criação do Colégio Gama Universitário a partir do Parecer nº 1419/93 do Conselho Estadual da Educação que autorizou o funcionamento da Escola de Ensino Regular, Fundamental e Médio.
1990	Educação para Jovens e Adultos	Início dos trabalhos na área de supletivo (Educação para Jovens e Adultos), autorizado pelo Parecer 190/96 do Conselho Estadual da Educação para o 1º e 2º Graus.
1997	Ensino Técnico	Início das atividades relativas à preparação de jovens para o mercado profissional com a autorização através do parecer 558 do Conselho Estadual da Educação do funcionamento do Curso Técnico de Processamento de Dados
2007	Ensino Superior	Torna-se Polo da UNIP na modalidade EAD, atendendo alunos da Graduação e Pós-Graduação.
2011	Ensino Superior	Credencia as Faculdades João Paulo II como Instituição de Ensino Superior no município de Passo Fundo e autoriza os três primeiros cursos Direito, Administração de Empresas e Tecnólogo em Comércio Exterior.
2012	Ensino Superior	Iniciam as primeiras turmas do ensino superior das Faculdades João Paulo II

2014	Ensino Superior	Credencia as Faculdades João Paulo II como Instituição de Ensino Superior no município de Porto Alegre e autoriza os três primeiros cursos Engenharia Civil, Engenharia do Petróleo e Arquitetura.
2017	Ensino Superior	Autoriza o curso de Direito nas Faculdades João Paulo II no município de Porto Alegre.
2019	Ensino Superior	Inicia as atividades do curso de Direito nas Faculdades João Paulo II no município de Porto Alegre.
2021	Ensino Superior	Encerramento e transferências dos discentes dos cursos: Engenharia Civil, Engenharia do Petróleo e Arquitetura nas Faculdades João Paulo II no município de Porto Alegre.
2024	Ensino Superior	Reconhecimento do curso de Direito nas Faculdades João Paulo II no município de Porto Alegre.

As atividades apresentadas no quadro 1 evidenciam a experiência educacional dos empreendedores consolidada ao longo de quarenta (40) anos de serviços prestados na área de educação, em uma caminhada marcada pelo trabalho, pela crença em uma educação responsável e alicerçada na incessante luta pelo saber visando ao desenvolvimento da comunidade e da região. No decorrer da trajetória educacional do Pré-Vestibular, Colégio Gama e Faculdades João Paulo II, milhares de alunos utilizaram os serviços educacionais.

As Faculdades João Paulo II têm como principais objetivos:

- formar profissionais, nos níveis de graduação e pós-graduação, voltados para atuação e promoção de transformações em realidades complexas e diversificadas;
- gerar, difundir e consolidar o conhecimento multidisciplinar, fundamentado nas questões socioambientais, na ética, na valorização do ser humano, nos interesses coletivos e na inovação gerencial e tecnológica;
- oferecer serviços especializados à sociedade;
- promover parcerias e convênios para oportunizar a implementação de suas atividades;
- incentivar a capacitação continuada para o segmento acadêmico e técnico-administrativo;

- fortalecer as políticas de educação ambiental tanto na IES, bem como na região e sociedade a qual está inserida.

Número de matriculados:

Cursos/ano	2017 II	2018 I	2018 II	2019 I	2019 II	2020 I	2020 II	2021 I	2021 II	2022 I	2022 II	2023 I	2024 I	2024 II	2025 I
Engenharia do Petróleo	28	27	25	7	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Engenharia Civil	23	38	45	50	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Arquitetura	4	11	27	24	24	13	28	12	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	
Direito	0	0	0	28	15	43	65	84	86	483	358	577	772	736	853
Total	55	76	97	109	41	56	93	96	86	483	358	577	772	736	853

2.2 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

A Comissão Própria de Avaliação das Faculdades João Paulo II é organizada e disciplinada pelo Regulamento Interno publicado em 2014 e tem seu funcionamento e atribuições previstas na Lei n. 10.861 de 14.04.2004, regulamentada pela Portaria Ministerial nº 2.051 de 09.07.2004³. A Comissão, órgão suplementar da Direção, tem atuação autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição. A CPA, por força da **PORTARIA DE NOMEAÇÃO 2/2025 de 07 DE ABRIL DE 2025** tem como composição, neste período, os seguintes membros:

- Coordenador(a): Prof. Me. Giancarlo Michel de Almeida
- Representante docente: Prof. Dr. Marcos Roberto de Lima Aguirre
- Representante discente: Fabiana Ribeiro de Oliveira
- Representante do corpo técnico: Amanda Gabrielle de Oliveira Nunes
-

³ MEC. PORTARIA Nº 2.051, DE 9 DE JULHO DE 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído na Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf

3. CONCEPÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O perfil das Faculdades João Paulo II é delineado a partir da descrição da experiência educacional dos mantenedores, da apresentação da vocação, dos princípios, objetivos e metas da instituição, assim como da definição das áreas de atuação acadêmica.

3.1 DIRETRIZES

Dentre outras descritas no Projeto de Desenvolvimento Institucional - PDI e no Projeto Pedagógico de Curso - PPC das Faculdades João Paulo II, especificamente as que se aplicam à Avaliação Institucional, as diretrizes pedagógicas a serem observadas e implementadas são:

- posicionar-se de forma proactiva e inovadora no que se refere às metodologias de ensino e à didática; às tecnologias aplicáveis ao processo ensino/aprendizagem; às tendências relativas às áreas do conhecimento humano; nos processos de gestão; no relacionamento com a comunidade acadêmica e no gerenciamento e utilização das informações;
- levantar as demandas da sociedade na qual as Faculdades encontram-se inseridas, no sentido de oferecer alternativas e oportunidades que sejam realmente aplicáveis ao contexto;
- promover a atualização curricular de todos os cursos a serem desenvolvidos pelas Faculdades, através da efetiva realização e manutenção de um projeto pedagógico pertinente às necessidades e possibilidades atuais;
- manter constante diálogo com profissionais das áreas de conhecimento objeto de atuação para realizar fóruns de atualização pelo menos duas vezes por semestre, trazendo palestrantes para proporcionar o contato dos acadêmicos com experiências e vivências do mercado de trabalho;
- disponibilizar a bibliografia indicada nos projetos pedagógicos dos cursos e adotar a Política de Expansão do acervo, de acordo com o trâmite dos processos no Ministério da Educação;
- disponibilizar materiais didáticos de apoio ao processo ensino aprendizagem, tais como: televisores, aparelhos DVD, aparelhos de som, *Data show* entre outros equipamentos multimídia;
- constituir e manter uma política de qualificação do Corpo Docente formado por

Doutores, Mestres e Especialistas, acima dos percentuais exigidos pela legislação;

- incentivar a participação dos funcionários da própria faculdade e da mantenedora, nos cursos de pós-graduação;
- desenvolver um calendário acadêmico e criar programas e projetos de extensão, visando a capacitação e aperfeiçoamento profissional, de acordo com as necessidades da região;
- promover atividades que possam aproximar a comunidade acadêmica e a sociedade, tais como: *workshops*, congressos, seminários, palestras, entre outros fóruns de debate;
- modernizar, continuamente, a infraestrutura tecnológica, visando ao melhor desenvolvimento das funções de ensino e de gestão;
- investir de forma contínua e prioritária, conforme a previsão econômico-financeira, em acervo bibliográfico; aquisição de móveis e utensílios; aquisição de equipamentos de informática; aquisição de equipamentos diversos; pesquisa e Extensão; capacitação de pessoal; comunicação, divulgação, propaganda e *marketing* e laboratórios;
- contratar professores de acordo com a proposta de ampliação e qualificação do corpo docente:
- incentivar os acadêmicos a realizar estágios curriculares e extracurriculares em empresas, instituições e organizações conveniadas;
- incentivar os docentes a desenvolver materiais pedagógicos que possam auxiliar como ferramenta no processo ensino aprendizagem.

3.2 PRINCÍPIOS

A Comissão Própria de Avaliação das Faculdades João Paulo II tem como basilar de todas suas atividades os princípios da boa-fé, da transparência, da ética, da moralidade, da legalidade, da impessoalidade, da publicidade, de melhoria contínua, da eficiência e todos os demais que fundamentam o Estado de Direito para promover uma educação de qualidade e socialmente responsável. Em conformidade com a sua missão institucional, as Faculdades João Paulo II conferem ênfase especial à valorização da pessoa humana, de seus profissionais e à competente administração da instituição.

3.3 OBJETIVOS

A Comissão Própria de Avaliação tem por finalidade planejar, coordenar e conduzir os processos de avaliação interna da instituição, além de sistematizar e prestar informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP -, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, observada a legislação pertinente.

Tendo em vista os objetivos Institucionais previstos do PDI, quais sejam: I) formar profissionais, nos níveis de graduação e pós-graduação, voltados para atuação e promoção de transformações em realidades complexas e diversificadas; II) gerar, difundir e consolidar o conhecimento multidisciplinar, fundamentado nas questões socio ambientais, na ética, na valorização do ser humano, nos interesses coletivos e na inovação gerencial e tecnológica; III) oferecer serviços especializados à sociedade; IV) promover parcerias e convênios para oportunizar a implementação de suas atividades; V) incentivar a capacitação continuada para o segmento acadêmico e técnico- administrativo; VI) fortalecer as políticas de educação ambiental tanto na IES, bem como na região e sociedade a qual está inserida; a Avaliação institucional tem como objetivos:

- assegurar a participação dos gestores, professores, alunos e pessoal técnico-administrativo no processo de auto avaliação institucional;
- realizar a coleta de dados em todos os segmentos da comunidade das Faculdades João Paulo II;
- encaminhar para o INEP o relatório da auto avaliação institucional;
- implantar a auto avaliação na pesquisa, extensão e segmento técnico-administrativo;
- consolidar a divulgação das melhorias resultantes da autoavaliação;
- identificar as necessidades, analisar a pertinência e viabilidade das demandas da comunidade acadêmica e sugerir melhorias para que a IES consiga melhor atender às demandas e se desenvolver com base nos propósitos e missões previstas no PDI.

Para que se possa alcançar os referidos objetivos a CPA, através da Avaliação pretende identificar os elementos que caracterizam positivamente a Instituição, mas também os elementos que possam e devam ser aprimorados. Assim, o objetivo da Avaliação Institucional feita pela Comissão Própria de Avaliação é traçar o perfil institucional aos olhos de seus alunos, professores e funcionários e agir na proposição de aprimorar o oferecimento de uma educação de qualidade.

4. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A metodologia utilizada para a coleta dos dados e a conclusão da presente Avaliação foi o método científico, como espécie o método estatístico, baseado na Metodologia de Pesquisa prescrita pelos autores Orides Mezzaroba e Cláudia Monteiro:

Quando se trabalha com estatísticas, é uma decorrência natural constatar a utilização de seus termos típicos. Então, você irá ter contato com palavras como parâmetro de uma *amostra*, sua *média*, o seu *desvio-padrão*, a sua *variância* etc. Com a utilização do método estatístico podemos ao final da compilação dos dados recolhidos fazer ilações sobre eles. Entretanto, ainda que o objetivo da utilização desse método seja, principalmente, o de fornecer uma base concreta e segura das informações a serem analisadas, as conclusões que podem ser deduzidas não necessárias, ou seja, há uma grande probabilidade de serem consideradas observações corretas, mas também podem não o ser.⁴

A CPA estruturou sua metodologia de trabalho a partir das diretrizes do SINAES, com foco no aprimoramento da cultura avaliativa e na valorização da participação democrática da comunidade acadêmica.

A Avaliação Institucional aplicada considerou a realidade dos cursos presenciais e a modalidade EAD, a partir da percepção dos usuários dos dois formatos. A unificação do sistema acadêmico (Perseus) e do ambiente virtual (Moodle) assegura a equidade no acesso à informação e à participação nas atividades institucionais.

Assim, ao que se pretende, a presente Avaliação propõe apresentar dados em sua amostra, em sua média, na sua variância, diante dos quais serão feitas as conclusões a que se chegaram finalmente à conclusão nos tópicos seguintes.

4.1. COLETA DE DADOS

A coleta de dados de todas as modalidades educacionais ofertadas pela Instituição de Ensino Faculdades João Paulo II – tanto presencial quanto EAD –, assim como do curso ofertado no ano de 2025/I – Direito – fora realizada através do instrumento de Formulário Digital do Perseus que é a Plataforma oficial digital das Faculdades João Paulo II. A Instituição conta com dois portais principais que sustentam suas operações acadêmicas: o sistema Perseus, voltado à gestão acadêmica, financeira e administrativa; e o ambiente virtual de aprendizagem Moodle, utilizado para disciplinas a distância, disponibilização de conteúdo, fóruns, atividades avaliativas e interação entre docentes e discentes. Ambos foram avaliados positivamente nos formulários aplicados e representam o investimento institucional na modernização da infraestrutura digital.

⁴ MEZZAROBRA, Orides. MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. 7 ed. São Paulo:Saraiva, 2017. p. 74.

O formulário foi organizado segundo as diretrizes gerais da Lei nº 10.871/2004 – Lei dos SINAES e segue em sua integralidade Anexo a este Relatório.

O formulário que diz respeito à Avaliação Institucional respondido pelos discentes, docentes, funcionários e secretaria acadêmica, e observou especificamente as dimensões estabelecidas no artigo 3º e seus incisos da Lei supra referida, quais sejam:

1 Planejamento e avaliação Institucional

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

2 Desenvolvimento institucional

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

3 Políticas Acadêmicas

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

IV – a comunicação com a sociedade;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

4 Políticas de gestão

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.⁵

5 Infraestrutura

VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

⁵ Além dos formulários supramencionados, a Comissão Própria de Avaliação também fez uso da metodologia de observação documental, principalmente no que diz respeito ao inciso X, artigo 3º da Lei nº 10.861/2014.

4.2. PLANO DE MELHORIAS

As Faculdades João Paulo II – Porto Alegre, no âmbito de sua competência, prevê na sua Avaliação Institucional o seguinte Plano de Melhorias:

- dar continuidade aos projetos iniciados pelo Núcleo de Projetos da CPA em 2022/II;
- aplicação dos Instrumentos de Autoavaliação Institucional online ou presencial;
- tabulação e análise dos dados;
- aplicação online na plataforma Perseus;
- divulgação e discussão dos resultados da Autoavaliação Institucional, com todos os atores da comunidade acadêmica e representantes da comunidade civil organizada através do site, reuniões e eventos;
- reuniões periódicas com a Direção Acadêmica para articular as metas para superação das demandas da instituição;
- articulação com a Direção Acadêmica para criação de mecanismos de avaliação e o acompanhamento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPCs;
- elaboração do Relatório Anual da Auto avaliação Institucional- ano 2025/II;
- postar o Relatório Anual de Autoavaliação Institucional – ano 2025/I.

4.3. DIVULGAÇÃO

A divulgação e discussão dos resultados da Autoavaliação Institucional, com todos os atores da comunidade acadêmica e representantes da comunidade civil organizada, será realizada por meio da disponibilização do presente Relatório tanto no acervo da Biblioteca desta Instituição, como também através de divulgação no endereço eletrônico, em reunião com a Coordenação e Direção, bem como com o grupo de representantes dos discentes, ainda, com a disponibilização de uma cópia do relatório da secretaria acadêmica.

5. AUTOAVALIAÇÃO DO PDI

5.1. METAS INSTITUCIONAIS PREVISTAS NO PDI

As metas e datas estabelecidas para as Faculdades João Paulo II fundamentam-se na sua vocação global, sendo elas:

1. Oferecer 600 vagas anuais, em média, até o ano de 2025
 - oferta de 300 vagas anuais, em cada curso de bacharelado, a partir de janeiro de 2025.
2. Ofertar 600 vagas no ensino superior até 2025
 - ofertar 100% do total de entradas para cursos de graduação.
3. Atingir o total de 400 egressos no ensino superior até 2025
 - formar 240 bacharéis em Direito.
4. Acompanhamento de egressos
 - Implementação de projeto de acompanhamento de egressos, a partir de 2023, com a finalidade de avaliar o resultado do processo de ensino-aprendizagem e a inserção dos profissionais na sociedade, em complementação ao ENADE.

6. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Primeiramente, é importante salientar que os resultados a seguir têm como base as respostas prestadas pelo corpo discente, docente e da secretaria e da Instituição Faculdade João Paulo II – Porto Alegre, respondentes que participaram voluntariamente desta Avaliação: 257 alunos (30% do total), 9 professores e funcionários da Instituição – ANEXO I.

6.1 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Sobre Planejamento Institucional, da análise dos dados é possível perceber que apenas 17,02% conhecem bem o PDI e o PPC, outros 19,57% parcialmente, e a maioria 41,7% é indiferente quanto ao PDI e ao PPC, o que indica necessidade de maior divulgação e conscientização para a comunidade acadêmica quanto ao ponto.

Sobre a importância da Avaliação Institucional e canais de comunicação (avaliação semestral e ouvidoria), 58,58% concordam totalmente, 23,85% parcialmente, sendo que somente 14,23% foram indiferentes, o que demonstra a consciência avançada da maioria dos respondentes quanto a importância da participação na avaliação institucional. Contudo, como o número de respondentes corresponde a 30% dos alunos matriculados, o que indica que deve ser realizado maior divulgação e incentivo a participação.

6.2 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

6.2.1 *Missão e valores*

Quanto ao conhecimento sobre a visão, os valores e a missão da Instituição, 40,17% afirmam conhecer bem, 24,36% parcial, 22,22% indiferentes, mas 10,68% afirmam não conhecer. Ainda, 53,45% concordam totalmente e 30,60% parcialmente em reconhecer a ética na gestão institucional da Instituição.

6.2.2 *Comunicação Institucional*

Quanto a Comunicação Institucional, os respondentes afirmam estar mais bem informados sobre eventos, calendário, prazos: por e-mail institucional, por avisos dos representantes de turma e de professores em sala (mais de 50% concordam totalmente com estes meios), enquanto menos de 50% concordam totalmente com os meios eletrônicos (site oficial). A forma mais eficiente de comunicação foi considerada o e-mail institucional. Bem como os respondentes informam que conheceram a Instituição mais por meios pessoais (mais de 50% concordam totalmente com este meio), do que por outros meios (local de trabalho, redes sociais, propaganda na internet).

6.2.3 *Responsabilidade Social Institucional*

Quanto à responsabilidade social, ações de sustentabilidade e inclusão social da Instituição estão adequadas, conforme 53,43% (concordam totalmente) e 26,47% (parcialmente), sendo apenas 15,69% indiferentes. Quanto à participação em atividades socioambientais da Instituição, 44,06% afirmam participar, 14,36% participam parcialmente, sendo que 21,29% são indiferentes e 17,33% afirmam não participar. Quanto à oferta de serviços sociais, 60,1% (37,37 total, 22,73 parcial) concordam que a Instituição possui satisfatório Núcleo de Prática Jurídica, sendo que 35,35% são indiferentes.

6.3 POLÍTICAS ACADÊMICAS

6.3.1 *Ensino*

Quase a totalidade de respondentes (91,8%: 53,85% total + 37,95% parcial) confirmam que o corpo docente é qualificado para desenvolver o ensino na Instituição.

Sobre as disciplinas, na média os alunos respondentes afirmaram o seguinte: quanto ao plano de ensino atender as necessidades, 90,75% concordam; quanto aos materiais de aula atenderem as necessidades, 83,90% concordam; quanto ao aluno conseguir atingir domínio sobre a disciplina, 82,84% concordam; quanto as notas serem condizentes com os estudos, 83,62% concordam. Quanto à preferência por aula presencial, 56,89% concordam, enquanto que 42,48% concordam que preferem EAD.

6.3.2 *Extensão e Pesquisa*

Quanto à avaliação sobre atividades de extensão, 89,5% (55,5% total + 34% parcial) concordam que as atividades ofertadas pela Instituição são satisfatórias. Ainda, 87,37% (60,10% total + 27,27% parcial) confirmam que há incentivo adequado por parte da Instituição e professores para leitura, pesquisa e desenvolvimento do aluno.

6.4 POLÍTICAS DE GESTÃO

6.4.1 *Direção e Coordenação*

Quanto à avaliação da gestão, 95,88% concordam em reconhecer a atuação ética da Direção, bem como 87,63% dos respondentes destacam concordar com a eficiência da Direção, com 93,82% de concordância quanto ao bom relacionamento com os alunos. Da mesma forma, 96,26% reconhecem a atuação ética da Coordenação, bem como 88,77% dos respondentes destacam concordar com a eficiência da Direção, com 92,51% de concordância quanto ao bom relacionamento com os alunos.

6.4.2 *Secretaria*

Quanto ao trabalho administrativo prestado pela secretaria aos alunos, 92,15% concordam que o atendimento é cordial, 87,5% concordam que há eficiência nas informações prestadas, bem como 85,41% concordam que há eficiência nas soluções ofertadas. Ainda, 93,52% concordam com a eficiência no atendimento presencial, 80% relativo ao atendimento

pelo whatsapp, 77,84% relativo aos sistemas da faculdade, 74,05% no atendimento por e-mail, e 67,02% sobre o atendimento telefônico, sendo que 21,08% foram indiferentes quanto ao atendimento por telefone e 14,6% indiferentes quanto ao atendimento por e-mail. A maior discordância foi quanto ao atendimento prestado por whatsapp, com 16,22% de discordância quanto a eficiência de atendimento por este meio.

6.4.3 Avaliação da gestão pelo docente

O corpo docente afirma com 100% de concordância ter bom relacionamento com alunos, demais professores e restante da comunidade acadêmica. Concordam em 88,89% que possuem valorização profissional na Instituição. Quanto à organização de eventos extraclasse, infraestrutura da sala dos professores e materiais disponibilizados pela Instituição para aula presencial, 77,78% concordam com a satisfação sobre os pontos, enquanto que 22,22% discordam. Quanto ao Plano de ação e canais institucionais para solução de problemas, 100% concordam que são satisfatórios.

6.4.3 Avaliação da gestão pelos discentes

Os discentes afirmam com 90,82% de concordância terem boa relação com colegas, 92% quanto a professores, 80,33% para com demais membros da comunidade acadêmica. Bem como 75,95% concordam ter bom relacionamento com a secretaria, 68,85% com a coordenação e 64,75% com Direção. Quanto à gestão do ambiente físico da Instituição, 81,97% concordam que há bom ambiente físico de convivência, bem como 73,23% relativo ao ambiente virtual. Quanto à organização de eventos pela Instituição, 69,68% concordam e 17,76% são indiferentes quanto à eficiência. E em relação a carga horária e volume de conteúdo nas disciplinas, 76,5% concordam ser satisfatório e apenas 14,21% discordam.

6.5 INFRAESTRUTURA FÍSICA E DIGITAL

6.5.1 Infraestrutura Física

Quanto a infraestrutura física da Instituição estar adequada e satisfatória, foram coletadas as seguintes impressões:

Pergunta	Discorda Total (%)	Discorda na Maior Parte (%)	Indiferente (%)	Concorda na Maior Parte (%)	Concordo Total (%)
Localização da sede	2,65	2,12	4,23	19,05	71,96
Área de lazer e espaços de convivência	12,23	18,09	12,23	21,28	36,17
Segurança nas dependências	0,53	1,06	5,29	19,58	73,55
Tamanho das salas	17,99	22,75	2,12	24,87	32,28
Conforto, limpeza, acessibilidade (sanitários, elevadores, wi-fi)	4,23	11,11	5,29	25,4	53,97
Qualidade, conforto e conservação do mobiliário	11,7	15,43	6,92	24,47	41,49
Iluminação e acústica das salas	4,26	5,32	3,72	23,94	62,77
Climatização das salas	3,18	7,41	5,82	23,28	60,32
Retroprojetores e computadores	4,76	10,58	5,82	25,93	52,91
Espaço e acervo da biblioteca física	9,04	15,43	17,02	19,68	38,83

Verifica-se, então, que há concordância (acima de 80%) com a adequação e satisfação em relação a localização da sede, segurança nas dependências, iluminação e climatização de salas, conforto, limpeza e acessibilidade, bem como retroprojetores e computadores (78,84% concordam que estão adequados). Contudo, há reclamação de parcela dos respondentes que discordam da adequação e satisfação quanto a área de lazer (30,32%), tamanho das salas (40,74%), qualidade do mobiliário (27,13%). Quanto à biblioteca física, 24,47% discordam da adequação e satisfação, sendo que 17,02% são indiferentes (provavelmente utilizam somente a biblioteca virtual).

6.5.2 Infraestrutura Digital

Quanto a infraestrutura física da Instituição estar adequada e satisfatória, foram coletadas as seguintes impressões:

Pergunta	Discorda Total (%)	Discorda na Maior Parte (%)	Indiferente (%)	Concorda na Maior Parte (%)	Concordo Total (%)
Acessibilidade e acervo da biblioteca digital	4,26	6,92	11,17	21,81	55,85
Qualidade da plataforma digital (Perseus)	4,26	6,38	5,32	29,79	54,26
Qualidade do AVA (Moodle)	4,76	6,88	4,23	33,33	50,79
Eficiência do suporte técnico EAD	4,79	7,45	14,89	26,06	46,81
Eficiência da tutoria para EAD	4,79	5,32	14,36	23,94	51,6

Verifica-se, então, que há concordância (acima de 80%) com a adequação e satisfação em relação a todos os pontos questionados sobre infraestrutura digital: biblioteca digital, portal perseus, Moodle, suporte técnico e tutoria EAD.

6.5.3 Serviços

Em relação a serviços auxiliares e outras comodidades oferecidas pela Instituição, os respondentes demonstraram satisfação na maior parte. Contudo há vários respondentes que não tem conhecimento ou não utilizam o serviço: 38,04% de indiferentes em relação ao serviço de atendimento psicológico, 12,97% de indiferentes em relação a cantina, 18,92% de indiferentes sobre convênios ofertados pela instituição.

Pergunta	Discorda Total (%)	Discorda na Maior Parte (%)	Indiferente (%)	Concorda na Maior Parte (%)	Concordo Total (%)
Atendimento e responsividade dos canais de comunicação	3,78	5,41	5,95	28,11	56,76
Atendimento psicopedagógico	1,63	0,54	38,04	9,24	50,54
Cantina (qualidade, variedade, preço)	3,78	9,19	12,97	25,95	48,11
Convênios oferecidos pela Instituição	3,24	1,08	18,92	16,22	60,54

6.6 AVALIAÇÃO EXTERNA

A avaliação externa é prerrogativa do Ministério da Educação (MEC), sendo operacionalizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Trata-se de ferramenta do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) em conformidade com o Art. 8º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Essa avaliação é realizada por comissão de avaliadores externos credenciados, buscando aferir: organização didático-pedagógica, qualidade do corpo docente e da infraestrutura da instituição. Conforme Art. 3º §3º e Art. 4º §2º da Lei nº 10.861/04, os resultados são traduzidos em conceitos que variam de 1 a 5, orientando os processos de credenciamento e reconhecimento da instituição avaliada, bem como reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos. **A IES obteve conceito 3 em 2022 e conceito 4 em 2024 (junto ao reconhecimento do curso de Direito).**

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) é outra ferramenta de avaliação externa do SINAES sob a responsabilidade do INEP, em conformidade com o Art. 5º da Lei nº 10.861/04. O Enade é aplicado a uma amostra dos estudantes ingressantes e concluintes dos cursos de graduação, sendo um indicador crucial para a composição dos conceitos de curso e para o Índice Geral de Cursos (IGC - estabelecido pela Portaria Normativa MEC nº 12/08). Em 2025 o ENADE segue a Portaria MEC 392/2025, e será aplicado para alunos da Instituição.

7. CONSOLIDAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

7.1 PONTOS FORTES⁶

De acordo com os resultados estatísticos do Relatório de Avaliação respondido tanto pelos discentes quanto pelos docentes e pelo corpo técnico, são pontos fortes da Instituição de Ensino Superior Faculdade João Paulo II:

- Atendimento do currículo às necessidades de formação profissional;
- Atendimento do plano de ensino às necessidades dos respectivos cursos;
- O corpo docente apresenta e debate o plano de ensino nas disciplinas em sala de aula;
- Os conteúdos e programas das disciplinas atendem e contribuem com a construção para a formação profissional;
- Corpo docente qualificado didaticamente para desenvolver o conteúdo programático;
- Atendimento por parte da Direção e Coordenação das necessidades do aluno;
- Satisfatório desempenho da coordenação do curso;
- Satisfatório desempenho da Direção Acadêmica do curso;
- Divulgação das ações institucionais;
- Excelente desempenho do setor técnico-administrativo;
- Excelente desempenho do corpo docente;
- Excelente qualificação dos professores;
- Excelente tratamento interpessoal;
- Excelentes instalações sanitária e serviços de limpeza;
- Satisfação com as informações prestadas pela secretaria acadêmica e recepção;
- A convivência com colegas, professores, coordenação e funcionários oportuniza a formação de cidadãos éticos e socialmente responsáveis;
- Satisfação com a iluminação das instalações;
- Satisfação com a climatização das instalações;
- Satisfação com a localização da sede e sua acessibilidade;

⁶ Consideram-se, para título deste Relatório, pontos fortes da Instituição os quesitos que apresentaram o percentual de 50% ou mais no critério 05 que é quando o aluno avalia como “muito bom”, e assim considera que a IES atende de forma plena o item solicitado, existe registro e controle das informações e as políticas estão claramente definidas, atualizadas, regulamentadas e efetivamente praticadas. As ações, programas e projetos são sistemáticos e orientadas pelo planejamento institucional.

- Satisfação com o funcionamento dos elevadores;
- Satisfação com retroprojetores e computadores;
- Sentimento de segurança nas dependências da Instituição;
- Satisfação com os canais de atendimento, tanto físico como virtual, bem como com a qualidade do atendimento prestado;
- Estimulação à participação de eventos, fóruns, e busca por informações fora da Instituição;
- Promoção de aprendizagem por meio dos eventos promovidos pela Instituição;
- Incentivo de leitura, pesquisa e desenvolvimento pessoal por parte dos professores;
- Satisfação com a integração da nova plataforma de biblioteca virtual “Minha Biblioteca” que foi implantada no semestre de 2024/2 e que contém mais de 5 mil títulos disponíveis para consulta, bem como à atualização do acervo da plataforma “E-Livros” que contém mais de 20 mil títulos com a mesma disponibilidades, ambas integradas com à plataforma Moodle.

7.2 PONTOS FRACOS⁷

De acordo com os resultados estatísticos do Relatório de Avaliação respondido tanto pelos discentes, quanto pelos docentes e pelo corpo técnico, são pontos fracos da Instituição de Ensino Superior Faculdade João Paulo II:

- Insatisfação com os móveis disponíveis em sala de aula;
- Insatisfação com o tamanho das salas;
- Insatisfação com área de lazer
- Insatisfação com biblioteca física

⁷ Consideram-se, para título deste Relatório, pontos fracos da Instituição os quesitos que apresentaram no critério 01 ou 02, correspondente a 3,7 a 15% que é quando o aluno avalia como “insatisfatório” ou “parcialmente insatisfatório”, desde que estemesmo critério não ultrapasse 50% no quesito de avaliação 5, e assim considera respectivamente quando a IES não atende o solicitado, não há comprovação, as políticas não estão sendo explícitas ou implementadas. Não existem ações, programas ou projetos e não são orientadas pelo planejamento institucional. E quando a IES atende de forma precária o item solicitado, há comprovação, mas não há controle sistemático das informações, as políticas não estão explícitas e parcialmente implementadas. As ações são raras e não são orientadas pelo planejamento institucional.

7.3 OPORTUNIDADES DE MELHORAMENTO⁸

De acordo com os resultados estatísticos do Relatório de Avaliação respondido tanto pelos discentes quanto pelos docentes, são oportunidades da Instituição de Ensino Superior Faculdade João Paulo II:

- Identificar a missão e visão da Instituição;
- Implementação e divulgação de aulas práticas e programas de extensão;
- Aumentar a oferta de grupos de pesquisa;
- Promover e oportunizar condições para o desenvolvimento pessoal e profissional do aluno;
- Oferecimento de alternativas aos alunos para complementação de sua formação global;
- Aprimoramento do espaço físico para os alunos;
- Incentivo à produção intelectual, técnica e pedagógica dos discentes e docentes;
- Divulgação dos trabalhos de PDI, PPC e CPA.
- Disponibilidade de cursos, seminários e matérias eletivas sobre tópicos da área prática;

7.4 AMEAÇAS⁹

Destacamos os seguintes pontos que devem ter atendimento urgente e prioritário:

- Aprimoramento da biblioteca no ambiente físico e funcionamento;
- Necessidade de ambiente de convivência;
- Melhoria no mobiliário da faculdade e tamanho das salas de aula;
- Oferta de mais aulas práticas e interativas
- Aumentar a oferta de atividades de extensão e fomentar criação de pós-graduação.

⁸ Consideram-se, para título deste Relatório, oportunidades de melhoria para a Instituição os quesitos que apresentaram o critério 03 ou 04, respectivamente, “satisfatório” e “bom” que é quando a IES atende de forma razoável o item solicitado, existe registro, e controle das informações, as políticas estão explícitas e parcialmente implementadas. As ações, programas e projetos são eventuais e não são orientadas pelo planejamento institucional. E que a IES atende de forma satisfatória o item solicitado, existe registro e controle das informações e as políticas estão explícitas e implementadas, porém parcialmente regulamentadas. As ações, programas e projetos são eventuais e são orientadas pelo planejamento institucional.

⁹ Consideram-se ameaças pontos recorrentes apontados pelos alunos no campo de sugestões no formulário – ANEXO III

7.5 DESCONHECIMENTO¹⁰

Os pontos listados a seguir indicam áreas onde há necessidade de maior comunicação institucional com os discentes e demais membros da comunidade acadêmica, e não necessariamente revelam falhas operacionais. Trata-se de aspectos que, por vezes, são oferecidos pela IES, mas não são de conhecimento amplo dos estudantes, os quais responderam “indiferente” no questionário.

- Desconhecimento dos alunos a respeito do PDI de PPC.
- Desconhecimento e/ou subutilização de serviços como atendimento psicopedagógico e convênios.
- Desconhecimento ou subutilização de atividades socioambientais e de inclusão social promovidas pela instituição.
- Desconhecimento acerca da oferta de pós-graduação e programas de extensão pela Instituição;
- Desconhecimento acerca das competências, responsabilidades e composição de cada setor da Instituição;
- Percepção de melhorias da Instituição decorrente de avaliações anteriores.

¹⁰ Considera-se desconhecido o quesito que o aluno classificou com nota zero em mais de 10% por não ter tido contato direto e, portanto, não ter condições de opinar.

8. PLANO DE AÇÃO RECOMENDADO PELA CPA

Indicador	Fonte/metodologia de coleta do dado	Diagnóstico	Indicação de melhorias CPA	Avaliação CPA (1-5)
Avaliação Institucional	Formulário respondido pelo corpo docente, discente e secretaria acadêmica - anexos	Este indicador encontra-se parcialmente atendido pelos avaliados	Maior divulgação e incentivo à participação	4,5
Missão, Plano de Desenvolvimento e Comunicação Institucional	Formulário respondido pelo corpo docente, discente e secretaria acadêmica - anexos	Este indicador encontra-se parcialmente atendido pelos avaliados	Maior divulgação e incentivo à participação	4,5
Avaliação da responsabilidade social	Formulário respondido pelo corpo docente, discente e secretaria acadêmica - anexos	Este indicador encontra-se parcialmente atendido pelos avaliados	Maior divulgação e incentivo à participação	4,5
Avaliação das Políticas Acadêmicas (ensino, pesquisa, extensão)	Formulário respondido pelo corpo docente, discente e secretaria acadêmica - anexos	Este indicador encontra-se plenamente atendido pelos avaliados	Manter o excelente trabalho	5
Avaliação da Gestão Institucional	Formulário respondido pelo corpo docente, discente e secretaria acadêmica - anexos	Este indicador encontra-se plenamente atendido pelos avaliados	Manter o excelente trabalho	5
Avaliação da secretaria	Formulário respondido pelo corpo docente e discente - anexos	Este indicador encontra-se plenamente atendido pelos avaliados	Manter o excelente trabalho	5
Avaliação da infraestrutura física	Formulário respondido pelo corpo docente, discente e secretaria acadêmica - anexos	Este indicador encontra-se parcialmente atendido pelos avaliados	Investimento em melhorias de espaço físico e mobiliário	4
Avaliação da infraestrutura digital	Formulário respondido pelo corpo docente, discente e secretaria acadêmica - anexos	Este indicador encontra-se plenamente atendido pelos avaliados	Manter o excelente trabalho	5
Avaliação dos Serviços auxiliares ofertados	Formulário respondido pelo corpo docente, discente e secretaria acadêmica - anexos	Este indicador encontra-se parcialmente atendido pelos avaliados	Maior divulgação e incentivo à utilização	4,5
CONCEITO FINAL DA CPA	média aritmética modulada dos indicadores			4,5

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos que a Instituição ora avaliada tem investido nas melhorias em sua prestação educacional, e, com o auxílio dos apontamentos e diagnósticos proporcionados pela CPA, vem 1) proporcionando ao corpo docente e discente melhor, e mais eficiente, atendimento nas demandas cotidianas, com investimento em tecnologias 2) investindo na nova sede que, ainda que reconheça que necessite de aprimoramento, investimento e adequação, oferece salas amplas, tecnologia de ponta, biblioteca física, satisfatória iluminação, climatização, funcionamento e limpeza dos espaços, boa localização, entre outras características, 3) promovendo integração entre a comunidade e os alunos através da admissão de alunos bolsistas e de atividades integradoras, 4) implementando mecanismos para a satisfação e atendimento personalizado, tanto dos alunos quanto da sociedade, com a Ouvidoria, Núcleo de Prática Processual, Núcleo de Atendimento Psicopedagógico, etc., 5) aprimorando corpo docente já existente, bem como contratando novos docentes, sempre exigindo alta qualificação acadêmica, 6) promovendo a didática do corpo docente para o melhor desenvolvimento do conteúdo programático e adequação às necessidades do mercado de trabalho, 7) ampliando e otimizando a biblioteca virtual, 8) contratando solução de estudo para o ENADE, 9) investindo na plataforma digital “Perseus”, e-mail institucional, atendimento via WhatsApp, visando melhor estabilidade e comunicação com os docentes e discentes, 10) criando Grupos de Estudo como o GEAK com escopo na Pesquisa Acadêmica, patrocinando publicações acadêmicas como Livro anual de artigos de professores, criando cursos de extensão EAD, 11) disponibilizando estrutura física com ampla acessibilidade, 12) firmando convênios com auditório, estacionamento, cursos, clube de desconto e outras parcerias, 13) aprimorando as instalações e serviços prestados pela cantina, sala dos professores, etc.

Como sugestões de plano de ação Institucional, além do diagnóstico feito a cima, de forma exemplificativa e complementar opina-se pela 1) criação de Diretório Acadêmico, 2) aperfeiçoamento na eleição e escolha dos alunos representantes de turma, 3) promoção e incentivo para a qualificação e produção do corpo docente, 4) promoção de eventos para integração dos discentes, 5) aprimoramento do mobiliário das salas de aula (troca de carteiras por mesas e cadeiras) e ambientes de convivência, 6) implementação de eventos acadêmicos com mais foco em atividade prática, como workshops e minicursos, bem como oferta e incentivo para grupos de pesquisa e núcleos de prática profissional, 7) transparência e publicidade das atividades internas da Instituição, com organização prévia de calendário de atividades, 7) oferta de aulas de língua portuguesa jurídica, bem como oficinas de produção textual, e 8) maior divulgação da Missão e princípios institucionais.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm
- BRASIL. Lei nº 12.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm.
- MEC/INEP. Nota técnica INE/DAES/CONAES N 65/2014. Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/nota_tecnica/2014/nota_tecnica_n65_roteiro_relatorio_de_autoavaliacao_institucional.pdf
- MEC. Portaria nº 392, DE 26 DE MAIO DE 2025. Dispõe sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade, edição de 2025, para os cursos de licenciatura, bacharelado e superiores de tecnologia referentes ao ano I do ciclo avaliativo previsto pelo art. 40 da Portaria Normativa MEC nº 840, de 24 de agosto de 2018. <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/legislacao/enade>
- MEZZAROBRA, Orides. MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

11. ANEXOS

- ANEXO I: Formulários
 - ANEXO II: Ata/Portaria de nomeação dos membros da CPA
 - ANEXO III: AMBIENTES DIGITAIS UTILIZADOS PELA IES
1. Sistema Perseus – Portal acadêmico.
 2. Ambiente Virtual Moodle – Sala de aula virtual utilizada para disciplinas EAD.
 - ANEXO IV: Quadro de funcionários e docentes
 - ANEXO V: Cartilha - Clube de vantagens
 - ANEXO VI: Atividades de extensão e eventos vigentes em 2025/1:
1. Grupo de Estudos: GEAK – Grupo de Estudos Araken de Assis
 2. Grupo de Estudos: Fundamentos Culturais do Estado Democrático de Direito
 3. Visita técnica ao Tribunal de Justiça Militar do RS
 4. Ata do registro do trote solidário 2025 (Páscoa)
 5. Aula Magna
 6. Semana Acadêmica
 7. Projeto Ambiental